

RENDIMENTO SUSTENTADO DOS RECURSOS NATURAIS E A VISÃO EMPRESARIAL

Marcio FORTES¹

O ponto de vista empresarial que me cabe explicar nessa sessão não se dissocia das questões da preservação da biodiversidade e do tratamento correto das nossas essências nativas. Entretanto, o enfoque empresarial se dirige diretamente para o desenvolvimento sustentável, nova expressão e novos conceitos, que vêm sendo trabalhados não apenas por empresários, mas por todos aqueles que se preocupam simultaneamente com as questões de desenvolvimento e com as questões, da sua sustentabilidade em termos da existência, para gerações futuras, do patrimônio ambiental à disposição daqueles que hoje coabitam na Terra.

Assim é que as Nações Unidas, quando convocaram a Conferência do Rio, que se inicia dentro de dois meses, entenderam que ela deveria abranger não apenas as questões ligadas à preservação ambiental, mas também as questões relativas à ligação da preservação ambiental com a necessidade de desenvolvimento, entregando a sua organização aos dois programas adequados das Nações Unidas. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA; e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Tal decisão foi tomada após observação crítica dos fatos decorrentes da Conferência de Estocolmo em 72, na observação do estado do patrimônio ambiental mundial, da localização em termos geográficos, da ligação com a sócio-economia das diversas nações do mundo, e, sobretudo, da capacidade que se demonstrou na interpretação correta das medidas e das propostas que foram tomadas a partir de 72. Após o Relatório Brundland - Nosso Futuro Comum, ficou bastante nítido que a convenção seguinte do meio ambiente, deveria abranger também os aspectos de desenvolvimento. Deveria abranger o que foi proposto pela Comissão Brundland, e foi cunhado no livro "O Nosso Futuro Comum" a expressão "desenvolvimento sustentável", então apresentada pela primeira vez. Portanto, não é uma novidade, apenas agora cunhada para a Conferência do Rio.

Desenvolvimento sustentável, na realidade, faz com que o trato da questão do patrimônio ambiental, da utilização dos recursos naturais, e da preservação da biodiversidade, sejam instrumentos aliados à busca do desenvolvimento; sejam instrumentos que possibilitem a utilização dos recursos naturais e a correta sustentabilidade desses recursos em benefício das gerações futuras.

O pensamento empresarial para a Conferência do Rio, que está a cargo do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentado, e que me cabe dirigir, aqui no Brasil, é outra das iniciativas inéditas das Nações Unidas. Este Organismo Internacional entendeu, contrariamente a todas as outras anteriores, que para

esta conferência de cúpula deveria haver não apenas a contribuição de governos, diplomatas, enfim, de pessoas encarregadas de comandar as diversas nações e as suas políticas, mas também o ponto de vista de diversos segmentos da sociedade, entre os quais se inclui o ponto de vista empresarial.

O empresário suíço Stephan Schmidheiny, muito conhecido no ambiente empresarial, pouco conhecido ainda no Brasil, mas de alguma tradição na interpretação e no correto enfoque das questões ambientais, foi encarregado de organizar o ponto de vista empresarial para a Conferência e o fez criando o Conselho que ora apresenta parte do seu trabalho de dois anos de funcionamento.

Entre os seus diversos produtos ressaltam, evidentemente, sob o ponto de vista empresarial, os que se referem às questões políticas mundiais, às questões de trato empresarial propriamente ditas, e às questões regionais, sempre ampliando, especializando, e lutando pela conquista do espaço que o desenvolvimento sustentável pode merecer.

Assim é que, por exemplo, na área das políticas públicas, existe toda uma proposta construída em termos das questões energéticas, das questões dos transportes, das questões de trato adequado do mercado de capitais para a utilização correta dos recursos naturais. No que se refere ao desenvolvimento empresarial, o assunto é encarado com bastante profundidade, tratando da necessidade de cooperação tecnológica e de como fazê-la; no entendimento claro de como fazer mercados funcionarem em benefício, não apenas de particulares, para a atual geração, mas também para as gerações que se sucederão; na questão da habilitação, dos sistemas financeiros internacionais, a dificuldade de recursos financeiros para os projetos ambientalmente saudáveis, e assim por diante.

E nos aspectos regionais, as diferenças existentes entre as diversas regiões e os diferentes países ficam evidentes, se dotadas ou não de indicadores de desenvolvimento mais ou menos saudáveis, de patrimônio ambiental mais ou menos abundante e, afinal de contas, das expectativas de desenvolvimento das suas regiões. Nesse aspecto regional, é de todo importante a posição da América Latina como um todo, e particularmente no Brasil. Na América Latina, por ser o continente do mundo onde mais se explicita a existência de um patrimônio ambiental, não apenas intocável, mas proporcionalmente mais abundante do que aqueles que existem em outras regiões.

É sabido que a América Latina, que detém cerca de 12% da superfície do mundo, contribui com 15% da renda, com 9% da população, e com cerca de 30% dos recursos ambientais, identificados claramente como água potável, florestas, biodiversidade, mares ainda em con-

(1) Engenheiro e empresário, vice-presidente da João Fortes Engenharia; diretor para a América Latina do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável; foi secretário geral do Ministério da Fazenda; ex-presidente do BANERJ - Banco do Estado do Rio de Janeiro e do BNDES.

dições de estudo para utilização e preservação, e assim por diante.

Ao mesmo tempo, a América Latina - e quando se fala de América Latina, pode-se claramente enfocar com mais vigor a situação brasileira - apresenta indicadores de desenvolvimento, tanto de desenvolvimento sócio-econômico quanto de desenvolvimento demográfico, bastante exemplares. A população brasileira, por exemplo, que em 1947, logo após a Segunda Guerra Mundial, era de 47 milhões de habitantes, e que hoje se aproxima dos 150 milhões, não deixará de crescer até atingirmos, provavelmente, 400 milhões de habitantes, dentro de 80 a 100 anos. Isto aponta claramente neste país - Brasil, que detém a maior riqueza ambiental de todas as nações conhecidas para o instrumento do patrimônio da biodiversidade. Este é o ponto mais crítico da progressão do desenvolvimento versus depredação ambiental, caso não sejam efetivamente adotadas medidas e propostas adequadas e que a sustentabilidade do desenvolvimento não se faça à custa da sustentabilidade do patrimônio ambiental.

É preciso que se entenda que a minha posição aqui, é a posição de empresário, de explicitador da posição empresarial, e como tal, preocupado com a existência para as gerações futuras, daquilo que existe à disposição das gerações de hoje em termos de fatores de produção, em termos de capacidade de transformação de recursos naturais e, sobretudo, dada a especialidade do Conselho, em termos da existência do patrimônio ambiental que possibilite essa sustentabilidade.

A questão não é fácil, num mundo onde se debatem, sobretudo, os temas de abrangência política internacional, graves questões de modelos de desenvolvimento... Graves questões que, não se limitam apenas às questões mundiais do meio ambiente, como a do aquecimento da Terra, como a do buraco na camada de ozônio, como a questão dos mares, da biodiversidade. Mas, se debatem direitos, de uma certa forma defensáveis, adquiridos de nações muito desenvolvidas, enquanto interessadas em manter, para as gerações futuras, o atual modelo que lhes é satisfatório. Não debatem, apenas não discutem essas questões com os países menos desenvolvidos - como aqueles existentes na América Latina... como Brasil, por exemplo... Não exatamente isso... Debatem entre si... Debatem os países europeus dentro da Europa... Debatem o grupo europeu com os Estados Unidos... com o Japão..., dentro das suas preocupações especialíssimas enquanto tratam do patrimônio ambiental, e de toda a questão que liga os assuntos de indicadores clássicos de desenvolvimento, como o consumo de energia, sua produção, sua distribuição, os modelos de transportes, a existência de bem-estar das populações e de renda *per capita* para os habitantes de seus países.

Os debates dessa natureza, que estão se desenvolvendo e sendo acompanhados, nesse momento, na Assembléia Preparatória da Conferência do Rio, em Nova Iorque, são efetivamente de uma transcendência muito mais conjuntural, imediatista, do que aqueles que se pretende defender do ponto de vista empresarial. Pretende-se efetivamente, que se mudem, não apenas políticas, aquelas que hoje se discutem, de curto prazo, mas sobretudo conceitos em termos de racionalidade da utilização de insumos energéticos, em termos da eliminação de desperdícios, em termos da implantação definitiva de conceitos e de tratamento claro de efluentes

industriais e de saneamento de resíduos humanos, além, é claro, da poluição gerada pela produção industrial. Há que se pensar, sobretudo, em que se consiga estabelecer modelos nos quais a cooperação tecnológica atribua valor aos recursos ambientais. Há necessidade de efetiva contribuição dos países mais predadores de meio ambiente, em favor do enriquecimento do meio ambiente global, e que isto se faça de forma ordenada e que sustente desenvolvimento.

Nesse quadro todo, não poderia ser outro o ponto de vista empresarial, quando detecta que grande parte dos desperdícios e grande parte dos problemas ambientais, vêm do subdesenvolvimento. Talvez, provavelmente, a maior parte desse tipo de dano à vivência, venha do subdesenvolvimento, da pobreza, da miséria e da fome. E como brasileiros, não podemos deixar de considerar com firmeza, com força, aquilo que existe em relação a isso tudo.

É sabido, e bastante compreensível e constatável, que qualquer subsídio à utilização de recursos ambientais torna estes recursos objeto de desperdício. Subsídios para a utilização de energia, fazem com que ela seja desperdiçada; subsídios à utilização de água potável, fazem com que ela seja desperdiçada; subsídios à produção agrícola em benefício dos habitantes das cidades, são uma das fortes causas da migração para os grandes centros e que causam, *per capita*, um ônus na preservação do meio ambiente excessivamente alto para ser suportado pelas sociedades que, ao mesmo tempo, lutam para se desenvolver.

É importante que a gente considere, que a economia informal, aquela que faz com que, como saída para a ausência de alimentação, os cidadãos "se virem", sem se organizarem em termos da sociedade constituída, é, talvez, uma das grandes causas da depredação ambiental, e é causada pela miséria, pela fome e pelo subdesenvolvimento.

É sabido, que a falta de definição fundiária faz com que a má definição da relação da terra com o homem que a trabalha o torne, por definição, um predador não identificado, veloz e voraz, na sua tentativa de sobrevivência. É sabido, e facilmente também constatável, que a progressão da situação presente só levará a uma situação da qual não se terá retorno. Portanto, é necessário que se faça um elenco enorme de medidas, que não podem ser apenas defendidas pelo ambiente empresarial, mas que sejam, provavelmente, adotáveis por todos aqueles que se preocupem com a questão do desenvolvimento voltado para o patrimônio ambiental e de recursos naturais para as gerações futuras.

Não há dúvida, e isso tem ficado expresso em toda reunião moderna que se tenha instalado a partir de 89, 90, que indicadores de desenvolvimento não são mais apenas a apresentação de índices de renda *per capita* e de PIB. Depois do trabalho das Nações Unidas, consubstanciado nos dois volumes já existentes, cujo terceiro está saindo agora: um de 90, um de 91 e o terceiro de 92 - que é o relatório sobre o desenvolvimento humano, fica patente que os modelos de desenvolvimento até hoje existentes, e que apontam a renda *per capita* como maior indicador, estão completamente superados. Os indicadores de desenvolvimento se dirigem hoje muito mais para o bem-estar das populações e a sua capacidade de se realizar, enquanto à sua vida, enquanto pessoas humanas, e de transmitir para as gerações que o sucederão, a capacidade de fazer que tiveram.

Não é por outro motivo, que o Brasil, que tem, ainda hoje entre as maiores nações do mundo, uma renda *per capita* de porte médio (cerca de 2.200 dólares ou um pouco mais), apresente-se como um dos piores países, colocado no segundo grupo dos países subdesenvolvidos. Os indicadores efetivos de desenvolvimento se relacionam, sobretudo, ao bem-estar da sua população: em termos de indicadores de expectativa de vida; em termos de indicadores de mortalidade infantil; em termos de indicadores de educação, não apenas de índice de analfabetismo, que é um indicador clássico, mas em termos de anos de escolaridade daqueles que já não se consideram analfabetos; em termos de toda a vivência, da existência de saneamento urbano, de todo o patrimônio ou de todo o inventário que possa significar o acesso aos instrumentos de saúde corretiva; o número de dias trabalhados pelo trabalhador médio. Enfim, tudo aquilo que signifique desenvolvimento, coloca o Brasil numa posição de extrema dependência de seu próprio subdesenvolvimento, fazendo com que, mais e mais, se olhe com uma certa cupidez para o patrimônio ambiental que o Brasil ainda detém, não em benefício exatamente da preservação ou do aperfeiçoamento do atual modelo, mas em benefício da correta capacidade de transformar recursos naturais, em benefício para eliminar o subdesenvolvimento, não o subdesenvolvimento econômico medido pela renda per-capita, mas para o bem-estar das populações que virão nas gerações seguintes.

A Volkswagen, em certo momento, como multinacional de grande capacidade de lucro, incentivada pela lei e pelo sistema fiscal brasileiro, instalou-se na Amazônia e derrubou mata, fez pastagens... Isso aconteceu... Foi um erro criticado e apontado por todos... E, portanto, de fácil manejo, de fácil crítica... Eu não diria que de fácil solução... Talvez de possível solução em termos biológicos..., mas de fácil solução administrativa. Não existe mais hoje Volkswagen na Amazônia..., mas existem dois milhões de miseráveis não identificados, sem nome e sem endereço, que estão, neste momento, fazendo, de forma multiplicada, exatamente aquilo que a Volkswagen fez. E, talvez, de forma menos ordenada... Provavelmente, fazendo com que a terra produza menos por hectare, dado que ela já terá sido despida da sua biodiversidade, em benefício apenas daqueles cidadãos que lá estão, e que, dado o seu sucesso ou o sucesso miserável da sua própria sobrevivência, atrairão cada vez mais multidões de pessoas desprovidas de perspectiva pelos lugares ditos desenvolvidos, de um país como o Brasil, a favor da utilização direta do patrimônio ambiental para a sua sobrevivência.

Assim é, também, no ambiente urbano, em que o subdesenvolvimento brasileiro hoje, a chamada crise, a vasta e tão ampla, tão duradoura no seu passado e ainda tão duradoura no seu futuro, faz com que não existam mais nas grandes concentrações, as figuras facilmente identificáveis e criticáveis dos especuladores imobiliários dos espigões, objeto até de novela da rede Globo no passado, mas em que o predador do ambiente urbano, o predador da biodiversidade existente nas cidades seja efetivamente constituído por levas e levas de pessoas miseráveis que têm que sobreviver, e o fazem; para quem a forma mais ágil, rápida e eficaz de sobrevivência seja, evidentemente, a utilização direta do patrimônio ambiental.

Para tudo isso, nós esperamos que as conseqüências do trabalho do Conselho Empresarial para o Desen-

volvimento Sustentável sejam não apenas respeitadas, porque estarão colocadas de forma ordenada, em publicações, em livros, que já serão apresentados ao povo, como um todo, a partir de maio próximo, mas sobretudo aperfeiçoadas num processo que se espera seja bastante catalizado pela Conferência do Rio.

E, o processo não levará menos que uma geração, com debates e com adoção sistemática de uma série de propostas, que vêm desde a coisa mais simples, que começa, por exemplo, pela eliminação dos preconceitos em termos da questão do trato dos recursos naturais, vegetais, minerais e outros que tais..., até o ponto claro e definido e, talvez, mais difícil, da atribuição de valor ao recurso ambiental; em que se possa dizer que a água potável vale, e portanto merece ser paga enquanto insumo para a produção e a transformação, tanto quanto é pago o petróleo, que certamente é um mineral de muito menos exigência para a vida humana do que a água potável.

É muito importante que se consiga, no curso de um processo de transformação de conceitos, que é aquilo que queremos, entender que, assim como a cooperação tecnológica, foi difícil, foi buscada, foi enfim imposta de uma certa forma reservada, secreta, objeto afinal de contas, de décadas de debates que, enfim, se aperfeiçoou; por exemplo, a CEPAL das Nações Unidas, no que toca a América Latina. Será, evidentemente, uma novidade a ser adotada universalmente, por razões óbvias de que a questão ambiental é global; e, que passe por cima de fronteiras geográficas, e políticas, com uma facilidade própria da natureza e não própria da divisão orgânica entre Estados e fronteiras.

Este processo, provavelmente significará uma nova revolução; a revolução do trato da questão ambiental, enquanto ligada à necessidade de desenvolvimento; tão importante quanto foi recentemente, por exemplo, a revolução na informática, e no passado, a revolução industrial, ou a revolução agrícola, 300 anos atrás; tão importante, que exige que nós todos nos preparemos para as nossas cabeças passarem a funcionar, sempre levando em conta a questão da correta utilização dos recursos naturais, e não exatamente a do mero controle da produção, da poluição dos efluentes, e nem mesmo da mera observação para a análise futura, ou para resguardo do patrimônio ambiental, sobretudo, da biodiversidade.

Este ano, nos últimos doze meses, eu tenho participado, por força dessa minha nova atribuição, de um sem-número de debates, conferências, algumas delas de trabalho efetivo; algumas menos amplas, algumas fora do Brasil; mas, certamente, me agradou muito aquela que terminou duas semanas atrás em Belém. Numa conjunção entusiasmante, eu diria, de pontos de vista empresariais, governamentais brasileiros, internacionais, e de pensadores do mundo como um todo. Pela primeira vez, e em Belém... Este foi o quarto encontro que tivemos, sobre o mesmo assunto, e que, até por estar em Belém se dirigia com muita intensidade sobre a questão amazônica, como caso particular de interesse mundial, em que havia participação convocatória das Nações Unidas no governo alemão, por exemplo, e a ativa organização da SUDAM num método interessante, do GTZ.

Pela primeira vez, duas semanas atrás, o resultado da reunião de cerca de 100 pessoas não foi um resultado reivindicatório, nem de protesto, nem de lamento e nem de culpabilidade recíproca. Foi construtivo; não foi de-

fensivo. Foi de proposta lúcida, em que se conseguiu, afinal de contas, sobre alguns temas, como o caso da pesca na Amazônia, o da bioindústria, o da agroindústria, o do turismo - até na região amazônica também de grande importância -, o da região industrial pura - da transformação industrial, e outros pequenos temas. Se conseguiu colocar, com clareza, que problemas se tem, que soluções se pode ter, com que potencial se pode contar e aonde se quer chegar. E aonde se quer chegar é na existência, para as gerações futuras, de tudo aquilo que existe à disposição das gerações presentes.

E, a questão ambiental é, de tal forma importante, que ela remete para um dado de natureza sócio-política o nosso dia-a-dia. Se é difícil conceituar, como público, para a geração hoje existente, aquilo que possa significar patrimônio privado, enquanto importante pela questão ambiental - que é um novo conceito -, é muito mais difícil, para toda uma geração hoje existente, conseguir conceituar como patrimônio público, e portanto de todos, não apenas para aqueles que existem hoje, mas para gerações que se sucederão, sabendo que elas serão, necessariamente, mais numerosas.

Não se pode mais entender, que um proprietário de uma área qualquer, urbana ou rural, disponha da sua vegetação como um patrimônio seu. Isso é um conceito que já existe no Brasil. Não se aceita candidamente que um particular derrube uma árvore, porque se entende que a árvore é um patrimônio geral; não é público no documento de posse, mas é um patrimônio que pertence a todos, enquanto componente do patrimônio ambiental global e instrumento de uma biodiversidade existente. Isso se compreende... protesta-se..., debate-se..., busca-se...; há estudos sobre o assunto, debates legislativos etc. São um exemplo completamente menor. Mas, é extremamente mais difícil entender que essa árvore não pertence apenas à sociedade que existe hoje, mas que ela existe para prover recurso ambiental a todas as gerações que se sucederão e que, portanto, ela não é patrimônio particular, sequer daqueles que hoje se defendem em patrimônio público. Por que hoje, e não depois?

Apenas, para informação final, eu declaro, com um certo entusiasmo, que isso tudo que estou falando, está, cada vez mais, ganhando corpo, dimensão e solidez no seu conceito. Essa publicação "Pacto por um Mundo Novo", por exemplo, editada nos Estados Unidos pelo World Resource Institute, que tem a colaboração de quatro ou cinco brasileiros, dentre os quais Tereza Pádua, coloca com muita clareza - escrito por não empresários -, não apenas a necessidade de se assegurar o desenvolvimento, a mera sobrevivência, mas sobretudo o desenvolvimento das gerações que se sucedem; aponta a necessidade de iniciativas tópicas na questão da América Latina, quanto à pobreza, quanto à miséria, quanto à energia, quanto à concentração urbana, quanto às migrações, quanto à cooperação tecnológicas etc., de forma muito clara, apontando, como indicadores, bons gráficos, simples, de fácil leitura e, portanto, de fácil utilização para debates, todos os indicadores que são objeto da questão do desenvolvimento na América Latina: como os energéticos; como a utilização predatória de energéticos naturais face à carência de recursos financeiros para energéticos transformados; como, por exemplo, a questão da densidade demográfica; da expectativa de aumento da população das nações menos desenvolvidas, muito mais violento

do que aquela esperada para as nações já desenvolvidas, e assim por diante.

É com muita satisfação que se verifica, também, que não existe mais dificuldade na explicitação e no trato, seja no ambiente não empresarial, como aquele que hoje aqui se reúne, seja no outro lado, no ambiente empresarial, quando se expõe a questão da necessidade de correção no trato da questão ambiental. Há cerca de cinco anos, minimamente não era aceito com passividade a existência de um RIMA, quando se queria instalar uma fábrica nova. Hoje, não apenas é aceito como obrigação legal mas, tranqüilamente, não se discute mais se deve ou não deve; o empresariado entende claramente que os investimentos adicionais em plantas novas, enquanto úteis para a questão ambiental, provavelmente são os mesmos que são úteis para o aumento da competitividade da qualidade, da aceitação no mercado dos produtos que se fará. E, portanto, aderem com velocidade, àquilo que se poderia considerar, no passado, uma obrigação desagradável, onerosa e impeditiva do desenvolvimento enquanto novas plantas.

Tanto é assim, do lado empresarial, quanto do outro lado não se percebe mais, da opinião pública como um todo, das forças de pressão política, a exigência de que empresários, sobretudo empresários industriais muito em foco, limitem a sua produção; sejam punidos pelos danos ambientais que porventura causem, e ainda causem muito, embora disseminadamente causem cada vez menos danos ambientais. Mas, se pede e se providencia, não o fechamento de unidades fabris, mas a correção das distorções da produção, entendendo claramente toda a sociedade que o processo de desenvolvimento exige processo de transformação, exige emprego, exige, afinal de contas, uma organização que se faça em torno da produção em desenvolvimento.

Essa evolução, que é recentíssima, e muito mais recente ainda de um ano ou dois para cá, em que a conquista de conceitos, em que a convergência de objetivos se faz com muito mais força do que aquela do antagonismo, da acusação e da defesa, faz com que nós possamos esperar que daqui para a frente, no novo modelo de desenvolvimento que se instalará nas nações menos desenvolvidas, que se instalará no Brasil, e que prestigiará a qualidade de vida e a realização das pessoas humanas, mais do que os indicadores econômicos de desenvolvimento, se faça corretamente, tratando das questões ambientais como parte do nosso debate de desenvolvimento: na utilização de energéticos, na produção e distribuição de insumos, na correta utilização de recursos naturais, nos sistemas de transporte, no sistema de transformação, na cooperação tecnológica, no sistema financeiro, e assim por diante. E, que as nações menos desenvolvidas possam, com clareza, expor seus pontos de vista, não como dependentes ou como pedintes às mais desenvolvidas, mas como participantes de um processo que se torna cada vez mais global, por força de ser global a questão ambiental e o seu patrimônio.

Obrigado.